



IMPÉRIO E ESCRAVIZAÇÃO NO MUNDO ROMANO: APONTAMENTOS PARA UMA REFLEXÃO CONTINUADA

Empire and Slavery in The Roman World: Notes for Continued Reflection

Rafael Scopacasa ^a

 <https://orcid.org/0000-0002-0855-2999>

E-mail: rscopacasa@usp.br

^a Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

DEBATE
ESCRAVIDÃO ANTIGA E HISTÓRIA GLOBAL
ANCIENT SLAVERY, AND GLOBAL HISTORY

RESUMO

Esta resposta ao artigo de Joly e Knust revisita os conceitos gêmeos de zona de escravização/não-escravização de Jeffrey Fynn-Paul, que os autores utilizam para estruturar sua interessante proposta de abordagem à escravidão mediterrânea antiga pela perspectiva da História Global. Será retomada brevemente a gênese do conceito de zona de (não-)escravização e seu desenvolvimento. Em seguida, será feita uma breve apreciação de como esse modelo pode ser relacionado com debates historiográficos sobre o problema da diversidade das formas de escravização vigentes no império romano dos primeiros dois séculos da era cristã, notando os obstáculos empíricos que complicam tentativas de quantificar tais formas de escravização e sua expressividade para a manutenção do sistema escravista do império romano. O modelo Fynn-Paul da zona de (não-)escravização parece entender o conceito de império como um tipo específico de estado territorial que cria uma sociedade civil interna coesa e pacífica, cuja demanda por mão de obra escravizada é atendida principalmente (embora não exclusivamente) através da escravização sistemática de pessoas provenientes de territórios externos às fronteiras imperiais. Parece haver escopo para reflexão continuada sobre em que medida tal modelo poderia ser repensado e/ou adaptado em vista das especificidades históricas das diferentes formas de escravização existentes no império romano, bem como das incertezas sobre a expressividade demográfica e/ou econômica de cada uma delas para a manutenção do sistema escravista mediterrâneo no contexto do império romano.

PALAVRAS-CHAVES

Escravidão antiga. Zona de não-escravização. Império romano.

ABSTRACT

This response to Joly and Knust's article revisits Jeffrey Fynn-Paul's twin concepts of zone of enslavement/non-enslavement, which the authors use to structure their interesting proposal for approaching ancient Mediterranean slavery from the perspective of Global History. The genesis of the concept of zone of (non-)enslavement and its development will be briefly reviewed. Next, a brief assessment will be made of how this model can be related to historiographical debates on the problem of the diversity of forms of enslavement in force in the Roman Empire in the first two centuries of the Christian era, noting the empirical obstacles that complicate attempts to quantify such forms of enslavement and their expressiveness in the maintenance of the slave system of the Roman Empire. The Fynn-Paul model of the (non-)enslavement zone seems to understand the concept of empire as a specific type of territorial state that creates a cohesive and peaceful internal civil society, whose demand for enslaved labor is met primarily (although not exclusively) through the systematic enslavement of people from territories outside the imperial borders. There seems to be scope for continued reflection on the extent to which such a model could be rethought and/or adapted in view of the historical specificities of the different forms of enslavement existing in the Roman Empire, as well as the uncertainties about the demographic and/or economic expressiveness of each of them for the maintenance of the Mediterranean slave system in the context of the Roman Empire.

KEYWORDS

Ancient Slavery. Non-slaving Zone. Roman Empire.

A designação "História Global" pode ter significados bastante diferentes. Para alguns estudiosos, a expressão se refere a um conjunto heterogêneo de perspectivas teóricas que buscam ultrapassar os limites da história nacional de diferentes maneiras e em diversos graus, entre elas a história internacional, a história transnacional, a história comparada e a teoria do sistema-mundo (ex. Olstein, 2015; Sachsenmaier, 2011). Já outros especialistas definem História Global como uma lente teórica específica e diferenciada, que busca no nível global as causas últimas de fenômenos históricos (ex. Conrad, 2016). Nesse segundo entendimento mais estrito, a História Global só funcionaria propriamente como perspectiva teórico-metodológica quando aplicada a contextos históricos em que houve integração e interdependência em larga escala geográfica, geralmente no nível transcontinental. De um modo ou de outro, um ponto em comum que pode ser identificado entre os diferentes entendimentos é que a História Global coloca em primeiro plano as conexões entre fenômenos normalmente estudados em isolamento.

O objetivo de Joly e Knust é fazer uso de perspectivas da História Global para construir um modelo que permita unificar o estudo daquilo que, até agora, foi analisado separadamente como escravidão grega, escravidão romana, escravidão cartaginesa etc. O intuito não é confrontar essas unidades de estudo pelo viés da história comparada, mas superar as limitações dessas unidades através da identificação de fatores supralocais que teriam produzido formas e dinâmicas de escravidão no Mediterrâneo do primeiro milênio a.C., seja no norte da África, na península Itálica, ou na Ática. O argumento base é que a escravidão antiga será mais inteiramente compreendida se deixarmos de subdividi-la nos contêineres predefinidos de "Grécia" e "Roma", e tomarmos o Mediterrâneo como um macrocontexto geohistórico no qual formas de escravidão se desenvolveram em nível local ou "epicórico" em resposta a fatores sociais, políticos, econômicos e culturais de amplo alcance, tais como o desenvolvimento de cidades estados e a formação de grandes impérios tributários.

A proposta é instigante, convincente e possui vários outros méritos, entre os quais o potencial de renovar a produção de conhecimento histórico sobre a escravidão antiga e suas transformações no tempo. Nesta breve resposta ao artigo, busca-se contribuir para a discussão iniciada por Joly e Knust através de um esboço de reflexão continuada sobre a relação entre escravidão e imperialismo no Mediterrâneo antigo de maneira geral, com especial atenção para o contexto da consolidação do império romano como um império tributário nos dois primeiros séculos da era cristã, o período convencionalmente conhecido como o Pincipado. Para tanto, começaremos revisitando os conceitos gêmeos de zona de escravização e não-escravização (*slaving/no slaving zones*) do historiador Jeffrey Fynn-Paul, no qual Joly e Knust fundamentam em grande medida a sua proposta de modelo para o estudo da escravidão mediterrânea antiga (Fynn-Paul, 2009; 2018). Será observado que o modelo Fynn-Paul da zona de (não-)escravização parece ter por base um entendimento instrumental de "império" como um tipo específico de estado territorial que cria uma sociedade civil interna coesa e pacífica, obtendo, portanto, mão de obra escravizada principalmente (embora não exclusivamente) através da escravização sistemática de pessoas provenientes de territórios externos às fronteiras imperiais. Em vista dessa questão, será feita uma breve apreciação de debates historiográficos sobre o problema da diversidade das formas de escravização vigentes no império romano dos primeiros dois séculos da era cristã (Scheidel, 2011). Ao final, parece haver escopo para reflexão continuada sobre em que medida tal modelo poderia ser repensado e/ou adaptado em vista das especificidades históricas das diferentes formas de escravização existentes no império romano, bem como das incertezas sobre a expressividade demográfica e/ou econômica de cada uma delas para a manutenção do sistema escravista mediterrâneo no contexto do império romano.

A ZONA DE (NÃO-)ESCRAVIZAÇÃO

Em um artigo intitulado *Empire, monotheism and slavery*, o historiador Jeffrey Fynn-Paul (2009) cunhou os conceitos gêmeos de “zona de escravização/ não-escravização”, que ele definiu da seguinte maneira:

1. A zona de escravização é uma área geográfica da qual pessoas escravizadas são sistematicamente extraídas e exportadas.

2. A zona de escravização vai estar localizada fora do território dos escravizadores, no interior do qual não se pode escravizar: Fynn-Paul denomina esses territórios de “zonas de não-escravização”.

3. Zonas de não-escravização tenderão a estar organizadas politicamente como estados unificados ou impérios, ao passo que as zonas de escravização tenderão a ser habitadas por grupos menos organizados e coesos politicamente.

Fynn-Paul propõe que as primeiras zonas de escravização na história mundial surgiram com a formação dos primeiros impérios no antigo Oriente Médio, a partir de mais ou menos 2300 a.C. Tais impérios teriam sido as primeiras organizações sociopolíticas capazes de satisfazer sua demanda por mão de obra escravizada através da extração de indivíduos de regiões limítrofes e menos articuladas politicamente. Esboçando uma macronarrativa, Fynn-Paul (2009, 12) delineia uma sequência de zonas de escravização que teriam se formado nas bordas dos impérios antigos, começando com as zonas mediterrânicas da Palestina e Grécia situadas nas margens dos impérios egípcios e mesopotâmicos do terceiro e segundo milênios a.C. Posteriormente, a expansão ultramarina dos gregos e fenícios rumo ao ocidente teria transformado o Mediterrâneo central e ocidental na nova zona fornecedora de escravizados para as economias desenvolvidas dos grandes impérios afroasiáticos. A partir de 500 a.C., teve início a formação dos primeiros estados imperiais na própria bacia do Mediterrâneo, que vem a culminar com a consolidação do império romano no final do primeiro milênio a.C. Esse teria sido o ponto crucial em que, segundo Fynn-Paul, pela primeira vez as sociedades mediterrânicas, unificadas politicamente, criaram as suas próprias zonas de escravização nas suas periferias geopolíticas no norte da Europa (entre outras).

Entretanto, Fynn-Paul introduz a ressalva importante de que, na antiguidade, as fronteiras entre zonas de escravização e não-escravização eram "imperfeitas". Esse teria sido o caso porque, segundo ele, os estados e impérios antigos invariavelmente obtinham mão de obra escravizada a partir de dentro de seu próprio território e não somente do além-fronteira. Ele chega a individuar o império romano como um exemplo de zona imperfeita de não-escravização, na medida em que a residência no império certamente não impedia a escravização de seus integrantes (Fynn-Paul 2018, 4; ver abaixo). Como é bem sabido, do ponto de vista estritamente legal/formal, cidadãos romanos eram isentos da ameaça de escravização. Porém, antes do decreto do imperador Caracala universalizar a cidadania para todos os habitantes livres do império em 212 d.C., cidadãos romanos quase certamente representavam uma faixa minoritária da população imperial, embora a definição de uma porcentagem específica seja difícil ou mesmo impossível na falta de dados quantitativos e estatísticos (Lavan 2016).

Um grande divisor de águas nesse sentido é identificado por Fynn-Paul na Antiguidade Tardia, mais especificamente no desenvolvimento das grandes religiões monoteístas do cristianismo e islamismo. Tais religiões teriam, pela primeira vez na história, proporcionado a formação daquilo que Fynn-Paul considera zonas *perfeitas* de (não-)escravização. Isso teria acontecido por conta da proibição categórica imposta por essas religiões à escravização de correligionários, o que teria consolidado a prática de escravizar somente partidários de outras religiões. Fynn-Paul propõe, assim, que a configuração geográfica da disseminação do cristianismo e do islamismo teria sido o principal fator na

definição de zonas de escravização “perfeitas” na bacia do Mediterrâneo e regiões vizinhas, durante o chamado milênio medieval de 500 a 1500 d.C.

ZONA DE (NÃO-)ESCRAVIZAÇÃO E IMPÉRIOS ANTIGOS

É possível examinarmos um pouco mais detidamente alguns dos pressupostos implícitos que parecem sustentar o modelo da zona de (não-)escravização de Jeffrey Lynn-Paul, o qual Joly e Knust utilizam para articular a sua proposta interessante de uma abordagem global à escravidão mediterrânea antiga. Particularmente relevante para a presente discussão é atentar à maneira como o modelo Lynn-Paul parece partir de certas premissas sobre impérios antigos que podem ser avaliadas à luz de reflexões historiográficas, sociológicas e políticas sobre impérios antigos ou premodernos na História.

Uma premissa básica de Lynn-Paul é de que os impérios antigos anteriores ao desenvolvimento do cristianismo e do islamismo não garantiam, universalmente, a não-escravização de seus integrantes. Ainda assim, ele propõe que os habitantes dos impérios antigos teriam estado bem menos sujeitos ao risco de escravização, em comparação com os habitantes das zonas politicamente mais fragmentadas que formavam as periferias desses impérios (Lynn-Paul 2009, 10). Em tais regiões, guerras de pequena escala entre chefes locais teriam sido constantes, em virtude da situação de fragmentação ou anarquia geopolítica entre elas. Nesses contextos, a escravização teria sido o destino padrão dos derrotados. Já nos impérios (segue o argumento) esse tipo de insegurança teria sido bem menor ou inexistente, na medida em que a união política e jurídica entre suas comunidades integrantes teria virtualmente eliminado a necessidade de conflitos, consequentemente reduzindo ou mesmo erradicando as práticas de escravização que decorriam de tais conflitos. Portanto, ao mesmo tempo em que o império teria inviabilizado a escravização de pessoas que agora se encontravam incluídas na mesma grande comunidade político-territorial, ele também teria aumentado exponencialmente a demanda por mão de obra escravizada por parte da população imperial, direcionando essa demanda para fora, isto é, para as regiões periféricas do além-fronteira. Impérios antigos, em outras palavras, eram entidades cuja fome voraz por mão de obra escravizada era verdadeiramente descomunal. Essa característica teria estimulado as dinâmicas de escravização nas sociedades das periferias imperiais, transformando-as em fornecedoras de mão de obra escravizada por excelência.

Lynn-Paul parece trabalhar com um entendimento básico de império que enfatiza a homogeneidade interna desse tipo de formação política na antiguidade. Ele parece pensar o império, essencialmente, como um conjunto de comunidades políticas previamente independentes que passam a funcionar dentro do mesmo ordenamento jurídico-legal. Sem desmerecer essa definição, que certamente encontra respaldo nas evidências, cabe, entretanto, considerar também o caráter heterogêneo e multifacetado das formações imperiais antigas, inclusive no que se refere às assimetrias nas relações sociais de poder entre os diferentes grupos que integram a sociedade imperial, bem como às tensões e desencontros entre cada um desses grupos e o poder central. Tais problemas têm recebido destaque em estudos sobre impérios na História. Um bom exemplo é o primeiro volume da série *Oxford World History of Empires*, onde se parte de conceituações de império que enfatizam não a uniformidade, mas a heterogeneidade interna e a fluidez geográfico-espacial desse tipo de formação. Nas palavras de Peter Fibiger Bang, um dos organizadores da série, o império é algo “composto, estratificado, e tudo menos uniforme” na maneira como as relações de poder se encontram organizadas em seu bojo (Bang 2021, 15). Tal conceituação oferece alguns contrapontos interessantes ao entendimento (em

grande medida implícito) de império que subjaz o modelo de zona de (não-)escravização de Flynn-Paul. A definição de Bang coloca em primeiro plano o elemento compósito ou agregativo de formações imperiais premodernas, abordando-as como grandes conglomerados de populações, comunidades e territórios diferentes, cujo grau de subordinação em relação ao poder imperial central não é constante, mas varia dependendo de uma série de fatores geográficos, linguísticos, culturais, étnicos, econômicos e políticos. Ao propor essas observações generalizantes, o objetivo de Bang é mostrar a necessidade de nos distanciarmos de entendimentos que ele considera excessivamente estatizantes ou estatistas dos impérios antigos ou premodernos. Para Bang, impérios antigos teriam funcionado de maneiras em grande medida estranhas àquelas do estado hobbesiano - isto é, de uma instituição que consegue estabelecer uma sociedade civil pacífica e coesa dentro do território que controla; território esse que constitui um espaço claramente delineado e internamente integrado, e que é politicamente e militarmente independente do mundo além-fronteiras. Esse não teria sido o caso dos impérios antigos, cuja marca registrada (*hallmark*) teria sido justamente o tratamento desigual, irregular e incongruente das populações subjugadas (Bang 2021, 17).

O modelo de império antigo/premoderno expresso por Bang parece adequar-se em grande medida àquilo que nós sabemos, em linhas gerais, sobre a organização interna do império romano nos primeiros dois séculos da era cristã: um agregado enorme, complexo e multifacetado de comunidades, distritos e territórios, que diferiam entre si em termos de seu estatuto legal-jurídico, suas cargas tributárias, seus privilégios e concessões econômico-comerciais por parte do poder central etc. Tal situação fazia com que cada província fosse um "mosaico complexo" em si mesmo (Ando 2006, 184).

É útil refletir preliminarmente sobre as possíveis implicações desse tipo de entendimento historiográfico da organização do império romano, que ressalta a heterogeneidade do sistema imperial, para a discussão das formas e dinâmicas de escravização naquele contexto histórico em que medida elas se adequam ao modelo da zona de (não-)escravização de Jeffrey Flynn-Paul. Na próxima seção, serão oferecidos alguns apontamentos gerais nesse sentido.

IMPÉRIO E ESCRAVIZAÇÃO NO MUNDO ROMANO: APONTAMENTOS PARA UMA REFLEXÃO CONTINUADA

Contudo, o império também não se torna uma zona de não-escravização completa, pois fontes internas como a venda de crianças, raptos, e a reprodução interna da população escrava, continuam a gerar escravos [...] Isto é, fronteiras e fraturas internas às sociedades dentro do Império continuam a ser exploradas como zonas de escravização, ainda que em menor intensidade. Outras cadeias mercantis, de menor extensão e intensidade precisam se organizar em torno dessas fronteiras internas, provavelmente para demandas mais localizadas e de menor escala, como trabalho doméstico ou em pequenas manufaturas. Para as propriedades voltadas à produção especializada de maior volume, é provável que apenas o tráfico de longa distância, associado à guerra, daria conta de uma demanda mais elevada e frequente (Joly; Knust, neste número).

Que a demanda de impérios antigos por escravizados era enorme, impactando severamente as regiões fornecedoras em termos sociais, políticos, econômicos e culturais, parece claro. O que está em questão é até que ponto um império tributário antigo, tal como o império romano dos primeiros dois séculos da era cristã, teria suprido a sua demanda por

mão de obra escrava primariamente através da importação de pessoas originárias do além-fronteira. Discutir essa questão envolve tratar de pontos altamente debatidos na historiografia sobre escravidão romana: as fontes da mão de obra escravizada no império romano, o quanto cada uma delas contribuía, e como isso teria variado no tempo.

Walter Scheidel tem liderado discussões historiográficas sobre a demografia da escravidão romana, levando em conta diversos fatores que teriam definido a população escravizada no império, particularmente nos dois primeiros séculos da era cristã (e.g. Scheidel, 2011, p. 293). Retomar algumas das suas considerações sobre as fontes do fornecimento de escravizados é útil para a presente reflexão, na medida em que podem nos ajudar a pensar sobre o problema de em que sentido, e até que ponto, o império romano poderia ser considerado uma zona de não-escravização.

Em primeiro lugar, Scheidel nota a importância da “reprodução natural”, isto é, da escravização automática dos filhos e filhas de mulheres escravizadas, prevista no direito romano. É plenamente possível atestar a existência dessa prática na sociedade romana e seus desdobramentos. Muito expressivas nesse sentido, por exemplo, são as referências em fontes literárias e burocráticas à criação, compra e venda de pessoas nascidas escravizadas (*born into slavery*). Uma fonte que se destaca é a série de registros de manumissões provenientes do santuário de Delfos na Grécia: tais registros parecem indicar um aumento gradual no número de pessoas escravizadas por nascimento ao longo do Principado (séculos I e II d.C.). Porém, séries documentais razoavelmente regulares, como as inscrições de manumissão de Delfos, são extremamente raras no mundo romano. Consequentemente, quantificar o fenômeno da reprodução da população escravizada e medir o seu peso na manutenção da escravidão no contexto do império romano, são operações difíceis que envolvem o recurso a modelos matemáticos de projeção demográfica. Permanece, entretanto, o dado de que um certo número de escravizados no império teriam sido pessoas judicialmente colocadas nessa condição desde o nascimento, e que muitas dessas pessoas teriam sido movimentadas de uma região do império para outra através do mercado de escravos (sobre o qual, ver abaixo).

Sabe-se que, durante o período das guerras expansionistas (séculos IV a I a.C., *grosso modo*), a escravização de pessoas capturadas em guerra provavelmente representou a principal fonte de escravizados na sociedade romana. Embora a quantificação seja difícil, notícias isoladas podem dar uma ideia da ordem de grandeza envolvida. Exemplos frequentemente citados incluem as cifras que Tito Lívio transmite do número de pessoas escravizadas na península itálica em um intervalo de apenas quatro anos durante a terceira guerra samnita de 297-293 a.C. (58 a 77 mil), bem como das 150 mil pessoas escravizadas na região do Épiro durante a terceira guerra macedônica por ordem do cônsul Emílio Paulo (173-168 a.C.). Casos iguais ou maiores de escravização em massa são reportados nas zonas do Mediterrâneo que, depois da península itálica, sucessivamente se transformaram nos principais palcos de guerra do expansionismo romano: nos séculos III e II a.C., essas eram a península ibérica, o norte da África, o norte da Itália e, no oriente, a Grécia; no século 1 a.C., elas passam a ser a Gália, a Palestina e a Anatólia (atual Turquia). No caso da formação do império romano, portanto, parece haver uma forte correlação geográfica entre guerras expansionistas e episódios de escravização em massa - mais forte, talvez, do que no caso de outras sociedades escravocratas na história mundial (Scheidel 2011, p. 296-297). Se fôssemos aplicar o conceito de "zona de escravização" a esse quadro dinâmico, uma primeira impressão possível seria a de uma fronteira móvel de escravização.

A partir do século I d.C., com a desaceleração das conquistas territoriais e o início da estabilização das fronteiras, existem indicações de que importações de escravizados desde o além-fronteira ocorriam – embora, novamente, a quantificação dessas

movimentações seja muito difícil. Nas estimativas de Scheidel, a periferia nordeste do império – isto é o litoral do Mar Negro e a região do Cáucaso – teria se transformado na principal fornecedora de escravizados vindos do além-fronteira, após a estabilização das fronteiras na época da dinastia julio-claudia (Scheidel, 2011, p. 303-304). Ao mesmo tempo, as fontes transmitem notícias de grandes números de pessoas sendo escravizadas dentro do próprio território imperial romano, e sendo movimentadas pelo tráfico de escravizados de uma província para outra. As evidências incluem fontes escritas/literárias, que mencionam recorrentemente escravizados originários de certas regiões do império tais como a Anatólia, e/ou que caracterizam estereotipadamente as populações de certas zonas ou províncias do império como escravizadas, como no caso dos habitantes da frígia, lídia e capadócia (todas na Anatólia).

As fontes escritas também incluem referências a uma gama de práticas que, embora tecnicamente ilegais no império, eram potencialmente amplamente disseminadas, entre elas a prática da escravização de crianças expostas/abandonadas, tanto na cidade de Roma e na Itália quanto nas províncias - prática essa que, na avaliação de Walter Scheidel, pode ter constituído uma das principais formas de escravização interna no império romano. Propõe-se que uma reflexão sobre tais fatores históricos, pode contribuir para o aprofundamento da discussão sobre os elos entre escravização e demais formas de marginalização social no império romano.

É por esse motivo que, talvez, o modelo Flynn-Paul da zona de (não-)escravização funcione melhor no contexto das formações das cidades estados mediterrânicas no período arcaico, do que em relação ao desenvolvimento da hegemonia militar romana na bacia do Mediterrâneo a partir do século II a.C., e que culmina com a consolidação do império romano como um império tributário antigo nos dois primeiros séculos da era cristã. Nos séculos anteriores ao início da formação imperial romana, é possível detectar mais claramente alguns pontos de virada nas práticas e normas de escravização nas cidades-estados individuais: tais transformações, como bem notam Joly e Knust, ocorrem mais visivelmente em conexão com o desenvolvimento da cidadania, na medida em que a consolidação da categoria social do cidadão livre reconfigurado a escravidão como condição imposta primariamente (ou mesmo exclusivamente) a pessoas externas à comunidade política.

Ao final, pode ser proveitoso o desenvolvimento de uma reflexão continuada a respeito de como o modelo da zona de (não-)escravização aplicado ao contexto do império romano, à luz do debate historiográfico sobre as diversas formas de escravização presentes no império romano. Nesse sentido, atenção especial parece ser necessária em relação às incertezas sobre o aporte econômico, social e demográfico de cada uma dessas formas de escravização para a manutenção do sistema escravista mediterrâneo, no contexto do império romano.

REFERÊNCIAS

- ANDO, Clifford. The Administration of the Provinces. In Potter, David S. (org.) *A Companion to the Roman Empire*. Oxford: Blackwell, 2006, p. 175-192.
- BANG, Peter Fibiger. Empire—A World History: Anatomy and Concept, Theory and Synthesis'. In Peter Fibiger Bang, C. A. Bayly, Walter Scheidel (orgs.), *The Oxford World History of Empire: Volume One: The Imperial Experience*. Oxford: Oxford University Press, 2021, p. 1-88.
- CONRAD, Sebastian. *What is global history?* Princeton: Princeton University Press, 2016.

OLSTEIN, Diego. *Thinking history globally*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014.

SACHSENMAIER, Dominic. *Global Perspectives on Global History: Theories and Approaches in a Connected World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

FYNN-PAUL, Jeffrey. Empire, Monotheism and Slavery in the Greater Mediterranean Region from Antiquity to the Early Modern Era. *Past and Present*, v. 205, p. 3-40, 2009.

FYNN-PAUL, Jeffrey; PARGAS, Damian A. (org.). *Slaving Zones. Cultural Identities, Ideologies, and Institutions in the Evolution of Global Slavery*. Leiden: Brill, 2018.

LAVAN, Myles. The Spread of Roman Citizenship, 14–212 CE: Quantification in the Face of High Uncertainty. *Past & Present*, v. 230, n. 1, p. 3-46, 2016.

SCHEIDEL, Walter. The Roman slave supply. In: BRADLEY, K.; CARTLEDGE, P. (orgs.) *The Cambridge World History of Slavery*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 287-310.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Rafael Scopacasa: Doutor em História, Professora na Universidade de São Paulo, São Paulo SP, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro Regional de Ensino Superior do Seridó.
Rua Joaquim Gregório, S/N, Penedo, 59300000 - Caicó, RN – Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo, coleta de dados, análise dos dados, discussão de resultados, revisão e aprovação: Airan dos Santos Borges de Oliveira.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.



DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Rafael Scopacasa. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fábio A. Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 19 de novembro de 2024.

Aprovado em: 18 de dezembro de 2024.

Como citar: SCOPACASA, Rafael. Império de escravização no mundo romano: aponamenos para uma reflexão continuada. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 58, p. 509-518, 2024.

